

SOBRE A ABSTRAÇÃO DA CIDADANIA E OS CIDADÃOS QUE NÃO A ALCANÇAM

Eduardo Matheus Palini¹

Resumo:

O presente trabalho é parte componente da disciplina de Política e Organização da Educação Básica, ministrada pela professora Egeslaine de Nez na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O principal objetivo aqui é tratar a respeito das diferentes ideias de “cidadania” e “ser-cidadão” que podemos observar na sociedade que nos rodeia, dada a grande carga de simbolismos e significados que estes próprios conceitos adquiriram ao longo da história e que fizeram com que sejam tão reivindicados em diferentes espaços, porém, normalmente contendo um nível de abstração que abre margem para diferentes entendimentos e consequentes exercícios da própria cidadania. Num cenário como esse, podemos perceber o quanto diferentes exercícios do ser-cidadão são experienciados pelas pessoas, a depender de fatores sociais, culturais, econômicos, entre outros – levando em consideração, também, a existência de não-exercícios da cidadania por parte destes ditos cidadãos perante a lei. Para entender melhor esta ampla discussão, o artigo se valerá de base bibliográfica sobre a discussão em torno da ideia de cidadania, a qual foi recomendada em sala de aula, e de entrevistas com pessoas cujas vivências talvez venham a tensionar o entendimento do “ser cidadão” e ampliar o debate a partir de situações práticas vividas por estes sujeitos.

Palavras chave:

Cidadania. Dignidade. Direitos. Estado. Trabalho.

ABOUT THE ABSTRACTION OF CITIZENSHIP AND THE CITIZENS WHO DO NOT ACHIEVE IT

Abstract:

This work is a component of the subject "Politics and Organization of Basic Education" taught by Professor Egeslaine de Nez at the Faculty of Education of the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). The main objective here is to discuss the different ideas of "citizenship" and "being a citizen" that we can observe in the society around us, given the significant load of symbolism and meanings that these concepts have acquired throughout history and that have made them so widely claimed in different spaces. However, they often contain a level of abstraction that allows for different interpretations and subsequent exercises of citizenship. In a scenario like this, we can perceive the extent to which different exercises of being a citizen are experienced by individuals, depending on social, cultural, economic, and other factors - also considering the existence of non-exercise of citizenship by these citizens in relation to the law. To better understand this broad discussion, the article will rely on bibliographic sources regarding the discussion around the concept of citizenship, which were recommended in the classroom, as well as interviews with individuals whose experiences may challenge the understanding of "being a citizen" and expand the debate based on practical situations lived by these subjects.

¹ Graduando do curso de Licenciatura em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Email: eduardompalini@gmail.com.

Keywords:

Citizenship. Dignity. Rights. State. Work.

SOBRE LA ABSTRACCIÓN DE LA CIUDADANÍA Y LOS CIUDADANOS QUE NO LA ALCANZAN

Resumen:

Este trabajo es parte integrante de la asignatura "Política y Organización de la Educación Básica", impartida por la profesora Egeslaine de Nez en la Facultad de Educación de la Universidad Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS). El objetivo principal aquí es abordar las diferentes ideas de "ciudadanía" y "ser ciudadano" que podemos observar en la sociedad que nos rodea, dada la gran carga de simbolismo y significado que estos conceptos han adquirido a lo largo de la historia y que los ha convertido en demandas tan importantes en diferentes ámbitos, aunque normalmente con un nivel de abstracción que permite diferentes interpretaciones y ejercicios consiguientes de la ciudadanía. En un escenario como este, podemos percibir cuántos ejercicios diferentes de ser ciudadano experimentan las personas, dependiendo de factores sociales, culturales, económicos, entre otros, teniendo en cuenta también la existencia de la falta de ejercicio de la ciudadanía por parte de estos ciudadanos ante la ley. Para comprender mejor esta amplia discusión, el artículo se basará en fuentes bibliográficas sobre la discusión en torno al concepto de ciudadanía, recomendadas en el aula, y en entrevistas con personas cuyas experiencias pueden tensar la comprensión de "ser ciudadano" y ampliar el debate a partir de situaciones prácticas vividas por estos sujetos.

Palabras clave:

Ciudadanía. Dignidad. Derechos. Estado. Trabajo.

Introdução

No ano de 2007, uma propaganda era veiculada diariamente na televisão, onde os personagens em “fantoques-de-dedo” cantavam a seguinte música: “Eu tenho nome e quem não tem? Sem documentos, eu não sou ninguém. Eu sou Maria! Eu sou João! Com Certidão de Nascimento... sou cidadão!”. Esta peça fazia parte de uma campanha da Rede Globo em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), agência vinculada às Nações Unidas e criada com o objetivo de promover os direitos e o bem-estar de crianças e adolescentes, presente em mais de 190 países e territórios. Na campanha em questão, é ressaltada a importância do registro civil de nascimento, o qual confere aos recém-nascidos o status de cidadão no território brasileiro; assim, podemos dizer que fica implícito que a condição (ou uma das) para ser cidadão no Brasil é ter uma Certidão de Nascimento.

Tomando esta propaganda de ponto de partida e indo um pouco mais a fundo na mensagem que ela nos passa, proponho que tentemos entender o conceito de cidadão dentro da nossa sociedade, para que assim possamos aferir duas coisas: primeiro, o que ser um cidadão significa de fato; e segundo, se o exercício da cidadania é realmente garantido a todos conforme veiculado, sendo possível buscar no relato de diferentes pessoas como que a cidadania se efetiva para elas ou quais os entraves que a dificultam.

A ideia de cidadão remonta a Grécia Antiga, entre os séculos VIII e VII a.C., sendo ligada diretamente a participação política dos “sujeitos” dentro da polis grega. Os cidadãos eram aquelas pessoas livres, autônomas e que participavam da vida pública buscando alcançar ideais coletivos, ou seja, construindo juntos a própria sociedade onde viviam. O conceito de “cidadão”, no entanto, não ficou imóvel na Antiguidade; muito pelo contrário, ele atravessou séculos sendo modificado historicamente pelos diferentes Estados e sociedades, chegando até o século XXI com uma carga gigante de significação e complexidade. Os diferentes entendimentos de cidadão e cidadania que existiram ao longo da história mostram que estas ideias são reféns de seu tempo e dos interesses dos grupos que ocupam o poder, logo, torna-se muito difícil buscar uma conceituação única para estes termos. Isto, no entanto, não impede que estas palavras sejam fortemente presentes no nosso dia a dia, como falam os seguintes autores:

Apesar de o conceito de cidadania ser central na agenda intelectual e política das sociedades contemporâneas, e de cruzar a cada dia novas fronteiras, ganhando mais espaço nas democracias representativas, não existe uma definição consensual ou mesmo análises definitivas de sua história. (BOTELHO; SCHWARTZ, 2012, p. 8 *apud* MORAIS, 2013, p. 20910)

Poderia ser adicionado a este trabalho uma revisão bibliográfica maior e que mostrasse as mudanças da compreensão do “ser cidadão” ao longo de diferentes períodos, no entanto, acredito que o mais importante no momento seja entender de onde este conceito veio e como que ele é majoritariamente aceito nos dias de hoje na civilização ocidental. Na já citada Grécia Antiga, onde surgiu, é necessário destacar que eram poucos os que exerciam a dita cidadania: excluía-se da possibilidade de ser cidadão as mulheres, os escravos, os analfabetos, entre outros.

Hoje, a cidadania é vista como algo mais abrangente, abarcando os grupos acima citados e, como dito por Lima, Junior e Brzezinski (2017, p. 2492), possibilitando “o direito de qualquer pessoa ser considerado cidadão pelo simples fato de ter nascido em determinado Estado”.

A proximidade da cidadania com a participação política é algo que segue presente, porém, também mais elaborada, vendo o cidadão como alguém que terá acesso a uma série de direitos dentro daquela sociedade a qual pertence, os quais garantirão o seu desenvolvimento e a sua presença enquanto figura política e participante das decisões tomadas pelo Estado. Em termos práticos, o exercício da cidadania implica que o indivíduo possua direitos sociais como educação, saúde, segurança, previdência, e também direitos econômicos como um salário justo e emprego (LIMA; JUNIOR; BRZEZINSKI, 2017).

Possuindo este entendimento de cidadania e retornando à propaganda citada no começo deste trabalho, concluímos que a pessoa ao nascer e receber registro civil passa a ter o direito a educação, saúde, segurança, dentre outros acessos fundamentais para se ter uma vida de qualidade no Brasil. É isto que a lógica da frase nos indica, mas será que é isto que se efetiva na prática? Uma pessoa que é um cidadão perante o Estado, no entanto, possui entraves para acessar o sistema de ensino no país, ou então que tem o tratamento de saúde negado por algum motivo, está conseguindo exercer plenamente a sua cidadania?

Quais são as possibilidades de um sujeito se enxergar enquanto cidadão quando as pessoas ou até mesmo as instituições ao redor não parecem lhe tratar enquanto tal? E o que isso nos diz a respeito das próprias pretensões de se alcançar uma cidadania universal? É a fim de investigar melhor essas situações tênues, após considerados alguns conceitos possíveis de “cidadania”, que esse trabalho se propõe a dialogar com a realidade de vida de pessoas entrevistadas e entender como estas vivenciam e se veem enquanto cidadãs no seu dia a dia.

Metodologia

Buscando tensionar as possíveis interpretações e aplicações da ideia de “cidadania”, este artigo se valerá de entrevistas realizadas com três pessoas diferentes, para as quais foi efetuada a mesma pergunta: “O que é ser cidadão para ti?”. Nos momentos de contato com os entrevistados, fiz questão de deixar claro que a minha busca não era por uma resposta que se aproximasse de verbetes de dicionário sobre os termos “cidadão” e/ou “cidadania”, mas sim que a pessoa falasse a partir de suas vivências e como estas traziam à tona, para ela, o que representava ser cidadão de fato. A coerência aqui se dá justamente por não estarmos à procura de uma resposta “certa” ou “errada” – até por que, na seção introdutória deste artigo, vimos que a discussão sobre os significados destes termos é bem mais complexa do que estas

categorias -, mas sim por buscarmos experiências práticas do exercício (ou da tentativa deste) de cidadania que talvez venham a tensionar as definições que temos até então.

Antes de ir às respostas e consecutivas discussões, é importante ressaltar que as três entrevistas foram feitas de forma online, através de redes sociais como WhatsApp e Instagram. A primeira entrevistada respondeu através de mensagem de texto, e os dois últimos responderam por mensagens de áudio. Todos os relatos estão sendo trazidos na íntegra, com comentários e alguns grifos em negrito realizados por mim.

Resultados e Discussão

A primeira entrevistada será referida aqui como F. B. P., mulher, 26 anos, brasileira, moradora da cidade de Sapiranga (RS), mãe solteira de uma menina de 3 anos de idade. A entrevistada tem um histórico de participação ativa em movimentos estudantis e trabalhistas, participando de congressos, inicialmente, como parte da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), e depois como integrante da União da Juventude Socialista (UJS), organização vinculada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Era moradora do estado do Rio de Janeiro na época em que descobriu a gravidez, retornando ao Rio Grande do Sul para morar e trabalhar próxima da família. Atualmente, trabalha como garçoneiro em um restaurante de beira de estrada e como atendente em uma cervejaria no turno da noite. Quando questionada sobre o que é ser cidadã, trouxe a fala que segue:

Para mim, a palavra cidadania me faz lembrar de um comercial que eu vi quando criança. Nesse comercial, não explicava muito sobre o que era exatamente, mas mostrava algumas imagens e algumas palavras-chaves. Cheguei à conclusão, vendo ali como criança, que aquilo tudo falava sobre algo que hoje adulta consigo definir como dignidade. Naquela época, parecia que cidadania era uma espécie de caminho que traria felicidade e bem menos problemas, como se a cidadania que falassem ali promettesse um lugar onde os problemas dos adultos ao redor fossem bem menos. Hoje, sendo adulta e mãe, depois de ter visto bem mais que esse comercial, **ainda não saberia bem explicar o que é pra minha filha, desvinculando das coisas que vivencio e vivo no dia a dia.** Da forma mais básica que eu poderia colocar, cidadania é ter acesso. Se a gente não aprende tudo o que podemos ou não fazer e não conhecemos os próprios direitos, não temos noção de que existe uma dignidade que pode e deve ser exigida a quem é responsável por nossos cidadãos. **Pra mim, cidadania é o direito a dignidade humana.** (F. B. P.)

No relato de F. B. P., meu principal destaque vai para a conclusão que relaciona diretamente cidadania com dignidade. Não fica claro qual o comercial a qual a entrevistada se refere (podendo ser, inclusive, a propaganda da UNICEF citada neste trabalho), porém, é importante destacar o quanto a ideia de “cidadania” é veiculada em diferentes mídias e lugares, por muitas vezes de maneira genérica e abstrata, podendo deixar as pessoas confusas quanto aos seus verdadeiros direitos e ao alcance da cidadania que possuem.

Conforme vamos envelhecendo e nos inserindo em diversos campos do convívio social, as possíveis dificuldades para exercício pleno da cidadania podem soar como ofensas a nossa própria dignidade, nos fazendo repensar nossa importância para a sociedade e o nosso direito de estar ali gozando dos acessos que o Estado deveria nos conferir. Essa oposição entre discurso e realidade também evidencia o quanto a cidadania é algo que se efetiva na prática do dia a dia, na conquista dos espaços, no desfrutar dos direitos e no distanciamento do “ser cidadão” unicamente enquanto abstração que não se pode enxergar no cotidiano.

Passemos à segunda entrevistada, referida aqui como C. A. O., mulher transgênero, 24 anos, brasileira, moradora da cidade de Porto Alegre (RS), estudante do curso de Licenciatura em Filosofia na UFRGS e atualmente desempregada. A entrevistada começou o processo de descoberta da sua identidade sexual e de gênero já aos 11 anos, o que causou uma mudança significativa na maneira com que era vista e tratada pelos seus familiares e pelas pessoas nos diferentes espaços nos quais circulava.

Quando questionada sobre o que é ser cidadã, trouxe exemplos que mostraram o tensionamento do exercício da cidadania dentro da realidade de uma jovem transexual. O relato aparecerá na íntegra, no entanto, com alguns comentários ao longo deste para realçar a importante linha de raciocínio trazida, a qual relaciona a ideia de cidadania com os conceitos de “família” e de “trabalho”.

Eu vou te dizer que eu vejo cidadania como um papel/status social que tu alcança quando tu bate algumas metas. Eu consigo te traduzir isso na prática com duas situações: **fazer parte de uma família e fazer parte de um trabalho**. Eu, por ter uma identidade queer desde criança (com 11 anos eu já me dizia gay e isso foi um escândalo na época), posso dizer que a expectativa que tinham de que eu montasse uma família nunca mais esteve lá de verdade. [Meus pais] Tinham uma esperança de que eu “tomasse rumo”: me “ajeitasse”, casasse com uma menina e tivesse vários filhos, mas isso foi uma esperança que nunca morreu só. E quando a identidade de gênero, além da identidade sexual, começou a aparecer ali entre os 15 e os 19 anos, até se consolidar como ela é hoje, a expectativa de montar uma vida, construir uma família e ter um trabalho foi sumindo, porque uma vez que tu fala “sou travesti” não se espera mais que tu tenha um trabalho formal, assine carteira e essas coisas. Eu via pelos meus colegas já no ensino médio, porque tinha

uma galera que estudava e trabalhava, e os professores e funcionários da escola tinham um respeito muito maior por essas pessoas, sabe? **Havia um certo “compromisso” que era suposto deles de fazer parte da sociedade através do trabalho e isso nunca foi esperado de mim.** [...] (C. A. O.)

Até o momento, a entrevistada relata como o sentimento de ser cidadã sempre esteve condicionado aos diversos ambientes e esferas por onde passava, os quais eram fortemente impactados devido à sua identidade *queer*. Conforme descobria seu gênero e sexualidade, as expectativas e olhares sobre C. A. O. mudavam, e as demais pessoas não enxergavam mais nela a capacidade de possuir um emprego e constituir uma família – estas duas coisas, dentro do argumento do relato, fundamentais para alcançar o “status” de cidadã. A fala segue:

[...] Aos 19 anos, já me identificando como uma mulher trans, eu trabalhei num Callcenter e foi uma das melhores e piores épocas da minha vida. Em 9 meses, eu me tornei uma pessoa muito ansiosa sem nem notar, sem nem perceber que aquilo era ansiedade em si, porque o ambiente de trabalho era a coisa mais tóxica possível. Mas toda saída com os amigos, toda casa de família que eu aparecia, eu era vista como parte. Na época, eu achava que isso era aceitação, até porque eu só tinha sido tratada como desajustada até então e isso me fazia sentir inferior, e não acontecia mais isso. Eu nem estava em transição hormonal ainda, nem tinha uma feminilidade lá pra justificar essa identidade, mas esse senso de “tá todo mundo ferrado junto, tá todo mundo trabalhando de oito a dez horas por dia, de cinco a sete dias por semana”, isso gerava uma base de respeito e eu acho que foi por isso que as pessoas olharam e começaram a falar que iam aceitar quando eu falasse qual era o meu nome e meu pronome pra elas. Eu nem estava participando tanto do gênero que eu queria, mas eu estava participando do trabalho dentro da sociedade, logo, eu era mais merecedora de respeito do que eu era antes. E pra mim **essa é a ideia de participação, que eu ainda experiencio**, mas menos (agora que eu estou só estudando), **que eu associo com cidadania.** [...] (C. A. O.)

Acredito ficar visível nesta parte do relato o quanto o sentimento de estar exercendo a cidadania é algo não simplesmente concedido, mas conquistado através da atuação junto a sociedade de uma maneira que os seus pares considerem correta - no caso acima, foi a inserção no mercado de trabalho. Por mais que, nos termos da lei, a entrevistada pudesse ser considerada plena cidadã, o tratamento que esta recebia nos meios em que circulava não a fazia se sentir desta maneira, logo, o seu exercício de cidadania estava condicionado a questões cotidianas muito mais densas de analisar do que os embasamentos que a legislação vigente nos dá sobre os direitos possuídos por aqueles que são cidadãos dentro do território brasileiro. O relato é concluído:

[...] Com 24 anos já tem gente formada, então eu estar no início do curso [de graduação] é quase um defeito a essa altura do campeonato, é verdade; mas eu, no início da faculdade a essa altura da vida, ainda estou me esforçando para fazer parte do sistema. Se eu fosse uma mulher cis e largasse os estudos para ter um filho, pelo menos eu estaria ainda montando uma família, eu estaria dando felicidade pro vovô e pra vovó. Mas, sendo travesti, só de não estar nas esquinas, eu já estou fazendo mais do que o esperado. Apesar de não ser o ideal, já é o suficiente para **me sentir cidadã sob o olhar das pessoas** estranhas, dos parentes; eu estou dando a eles um “motivo” para me respeitarem como igual dentro da sociedade, e não como menor. (C. A. O.)

A entrevistada, em minha opinião, consegue nos exemplificar por meio de suas vivências o quanto os marcadores sociais (gênero, sexualidade, etnia, etc) influenciam fortemente no nosso exercício da cidadania. A partir do momento que C. A. O. se identificou como uma mulher transgênero, o tratamento das pessoas para consigo mudou e as próprias instituições começaram a tratá-la de maneira diferente também, como foi o caso da escola e do mercado de trabalho, criando obstáculos para o gozo dos direitos que a cidadania deveria garantir. O que esta análise parece mostrar é que se torna complicado pensar em um conceito único e definitivo do “ser cidadão” quando nos deparamos com situações como essa, onde as pessoas experimentam “diferentes cidadanias”, mesmo sendo iguais perante a lei. Novamente, nos vemos diante de conceitos que não se efetivam no viver do dia a dia, por mais que possam vir a estar bem definidos nas legislações e campanhas sociais.

Por fim, o terceiro entrevistado será referido aqui como L. R. C., homem, 22 anos, brasileiro descendente de italianos, atualmente morador da cidade de Ferrara, capital da província de mesmo nome, na Itália. O entrevistado se tornou imigrante no ano de 2022, quando viajou para o país europeu buscando trabalhar e ter novas experiências, no entanto, devido a problemas burocráticos - os quais o próprio admitiu ainda não possuir pleno entendimento -, não conseguiu obter a cidadania até então; conseqüentemente, não dispõe da possibilidade de assinar contratos de trabalho, ficando à mercê de lugares que o aceitem para trabalhar de maneira informal.

Segundo L. R. C., caso algum órgão fiscalizador encontre estes locais e verifique que o entrevistado trabalha lá sem contrato, quem o admitiu terá que pagar uma multa de aproximadamente cinco mil euros. Atualmente, seu principal sustento vem de um emprego como garçom em um restaurante de comida chinesa e japonesa, mas também vive de outros “bicos” que seu patrão lhe consegue. Questionado sobre o que é ser cidadão, respondeu o seguinte:

O que é ser cidadão? Complicado... No meu caso aqui [vivendo na Itália], é meio estranho porque no Brasil não tem muito isso, poucas pessoas são de fora, mas aqui tem muita gente. Tipo, eles não são cidadãos, no sentido de cidadania, mas eles têm visto, eles trabalham, tem negócio, tem uma vida aqui, compram aqui, pagam imposto aqui, mas eles não são cidadãos. Se eu for responder meio correndo, **ser cidadão é uma coisa que eu não sou aqui, tá ligado? Que é tu ser livre pra poder trabalhar, ter um contrato, usufruir dos direitos que o governo daquele país te oferta. Então, uma pessoa aqui que não é cidadã tem o direito de fazer as coisas, mas nem todas as coisas são iguais pra ela.** Se a minha prima [que também vive na Itália] quiser estudar, não é igual como para um italiano; ela vai entrar em uma outra cota, vai depender de uma cota de estrangeiros. Se tu é cidadão italiano, tu entra como italiano. Se tu não é italiano, tu entra na pasta de quem não é italiano. Até os departamentos ali são diferentes, onde rola esse trabalho. Mas, tentando sintetizar, é mais ou menos isso. Tu ser cidadão é tu ter os direitos dentro daquele espaço geográfico, daquela cultura, daquele governo, dentro das leis que regem aquele espaço. **A gente poderia pensar em outras questões, mas no geral é basicamente isso, é uma coisa que eu não sou.** (L. R. C.)

Nesta última entrevista, o claro destaque vai para a conclusão do entrevistado de que, no momento, este não é um cidadão, pois não consegue viver a cidadania no ambiente em que se encontra. Os entraves, neste caso, são principalmente burocráticos, com a máquina estatal dificultando ou impossibilitando a aquisição de sua dupla cidadania e, deste modo, negando-lhe o acesso a diversos direitos que são oferecidos a outras pessoas morando no mesmo lugar que ele. L. R. C. consegue trabalhar de maneira informal, tem um lugar para morar e consegue trazer o sustento de cada dia para casa, no entanto, enxerga claramente os limites da sua vida dentro deste Estado enquanto não conseguir ser visto como um cidadão italiano.

O relato acaba trazendo algumas reflexões instigantes também sobre direitos e deveres quando o entrevistado afirma que diversos estrangeiros que vivem na Itália trabalham, gerem negócios e pagam impostos, no entanto, ainda não seriam plenamente considerados cidadãos. Independente das condições para adquirir cidadania italiana que vigorem no país, é interessante ver o quanto estas pessoas não-cidadãs compõem a sociedade junto com as demais, principalmente no que tange ao cumprimento de certos deveres.

Considerações Finais

Ao percorrer essa discussão sobre as origens, possíveis conceitos e efetivação ou não da cidadania nas experiências individuais, não me sinto exatamente “convidado” a elaborar uma opinião pessoal sobre o que é ser cidadão. Não por não achar fundamental o exercício da

cidadania e o que essa representa, mas pela desconfiança de que a conceituação mais arrojada possível em nada seria capaz de garantir a realização destes direitos descritos no dia a dia dos indivíduos ditos cidadãos, principalmente quando estes são pertencentes a minorias sociais, alvos de preconceitos diversos e/ou enquadrados nas camadas mais baixas da população.

Um comentário essencial a se fazer é que essa incapacidade que o Estado parece ter de garantir um exercício pleno de cidadania a todos não seria apenas consequência de problemas econômicos e/ou sociais, ou uma característica própria do Brasil e decorrente de seu nível atual de desenvolvimento enquanto nação, mas sim uma consequência da maneira como o Estado Democrático de Direito funciona e gere os problemas da sociedade.

Um autor que fala muito sobre o problema da “subcidadania” enquanto uma espécie de “projeto estatal” é o sociólogo brasileiro Jessé de Souza. Em seu livro “A ralé brasileira”, o autor dedica vários capítulos a chamada “má-fé institucional”, fenômeno que, devido a uma série de fatores, acabaria realizando a manutenção das desigualdades no país, utilizando das próprias instituições e da maneira que estas se comportam para com os indivíduos das diferentes camadas da população.

Ao longo da obra, o autor descreve como instituições como educação, saúde e justiça funcionam como reprodutoras, mesmo que de maneira inconsciente, dos níveis de “subcidadania” conferidos a certas camadas sociais. Nesta mesma obra, também, Jessé afirma que o exercício da cidadania está diretamente atrelado aos recursos sociais que os cidadãos controlam (SOUZA, 2020), estreitando a relação entre a efetivação dos direitos do indivíduo enquanto cidadão e as condições materiais de existência que este possui por si. Quanto às soluções para problemas como desigualdade e subcidadania, Jessé alerta sobre a necessidade de fugir de “idealismos”, como seria o caso da questão econômica do país:

[...] o progresso econômico é percebido, ainda hoje, como uma panaceia para resolver problemas como desigualdade, marginalização e subcidadania. Existe, em países como o Brasil, uma crença “fetichista” no progresso econômico, que faz esperar da expansão do mercado a resolução de todos os nossos problemas sociais. O fato de o Brasil ter sido o país de maior crescimento econômico do globo entre 1930 e 1980 (período no qual deixou de ser uma das mais pobres sociedades do globo para chegar a ser a oitava economia global), sem que as taxas de desigualdade, marginalização e subcidadania jamais fossem alteradas radicalmente, deveria ser um indicativo mais do que evidente do engano dessa pressuposição. (SOUZA, 2020, p. 68-69)

Seguindo nesta linha defendida por Jessé da problematização das próprias possibilidades de efetivação da cidadania dentro do Estado em uma sociedade capitalista, torna-se muito difícil não citar o filósofo e cientista político Karl Marx, o qual foi um dos principais críticos das concepções de cidadania e do quanto estas são excludentes para grande parte da sociedade. Segundo Marx, essa dita defesa dos ideais de cidadania e dos direitos humanos universais “não seriam mais do que o produto das reivindicações e dos interesses de uma classe que buscava se tornar hegemônica sobre o conjunto da sociedade. Ademais, representavam os anseios da burguesia, grupo específico, e não do proletariado.” (LIMA; JUNIOR; BRZEZINSKI; 2017, p. 2486).

Juntando as críticas presentes nestas “Considerações finais”, a explicação da origem da ideia de cidadania e de como esta modificou-se historicamente, e os valiosos relatos de pessoas que experienciam a cidadania de diferentes maneiras, posso afirmar que a minha opinião pessoal a respeito de cidadania é de que um conceito tão amplo e abrangente, que visa assegurar o direito de desfrutar plenamente a vida em sociedade e ainda participar politicamente da construção da própria, jamais poderá se efetivar plenamente enquanto estiver condicionado às determinações de uma classe ou grupo dominante.

O inconsequente idealismo que virá com as mais rebuscadas definições do que é ser um cidadão acabará por ressaltar, cada vez mais, que a cidadania tem sido um interminável terreno de disputa e de conquista. Penso, então, que quanto mais baixa for a camada social do indivíduo e quanto mais marcadores sociais atravessarem sua trajetória, mais a ideia de cidadania se perderá numa abstração e se distanciará do próprio sujeito que, sendo pela lei um cidadão com registro civil e certidão de nascimento (tal qual Marias, Joãos e vários outros), logo se converterá em um “cidadão” incapaz de exercer de maneira plena a própria cidadania que lhe é garantida por lei.

Referências

BRAZILNATION. A importância do registro civil de nascimento – UNICEF. YouTube, 23 de março de 2007. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=V1sEUHm-3AM> >. Acesso em: 10 de junho de 2023.

LIMA, Maria Eliene; JUNIOR, Antônio da Silva Menezes; BRZEZINSKI, Iria. Cidadania: Sentidos e Significados. **Educere**: XIII Congresso Nacional de Educação, Curitiba, p. 2481-2494, 2017.

MORAIS, Ingrid Agrassar. A construção histórica do conceito de cidadania: o que significa

ser cidadão na sociedade contemporânea? **Educere**: XI Congresso Nacional de Educação, Curitiba, p. 20908-20922, 2013.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: Quem é e como vive. 3ª ed. São Paulo: Contracorrente, 2020.

